

Inclusão e Assuntos Sociais

No mandato que agora se inicia, coube-me a difícil mas honrosa tarefa de assumir a pasta da Inclusão e Assuntos Sociais, o que faço com enorme motivação e empenhamento.

Questões como a **Inclusão Social**, a **Solidariedade** e o **Emprego** estarão na primeira linha dos objetivos estratégicos da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais e estou certa que poderei contar com a colaboração do nosso Parlamento onde se incluem pessoas que, nos últimos anos, têm dado um importante contributo nestas áreas.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Nos tempos que correm todos abordam as questões Sociais, todos têm soluções, todos alvitram caminhos, mas nem todos têm a capacidade de acreditar que a solução passa pelas respostas às necessidades individuais da população.

Neste Programa Ninguém será esquecido!

Afirmamos desde a primeira hora a coesão Social como um desígnio Regional.

Todavia, é preciso não esquecer que este desafio resulta da integração e complementaridade de esforços das diferentes áreas de governação.

Nas áreas da **Inclusão, Solidariedade e Segurança Social**, os nossos eixos prioritários são:

- O combate à exclusão social com enfoque na proteção das crianças e jovens;
- O combate à violência doméstica;
- A inserção das pessoas portadoras de deficiência;
- O apoio aos sem-abrigo;
- A valorização da pessoa idosa;
- O apoio às famílias com privação de rendimentos;
- A valorização do voluntariado;
- A dinamização da economia social;
- O fomento da intervenção local, e **ainda não menos** importante;
- A promoção da família e da natalidade.

.....

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O apoio às famílias com graves privações de rendimentos, ou seja, o apoio direto aos mais pobres é prioritário.

Desde logo, será assegurado e agilizado o Programa de Emergência Alimentar, por forma a garantir às famílias carenciadas o acesso a géneros alimentícios ou refeições

diárias. Por outro lado, vamos recorrer ao fundo Europeu de ajuda a carenciados para completar e reforçar a distribuição de alimentos.

Vamos igualmente garantir ajuda económica de emergência, através dos subsídios de cooperação familiar.

.....

Mais do que proteger, este governo pretende também **valorizar a população Idosa.**

Promovendo e proporcionando um envelhecimento ativo estudos recentes mostram que os portugueses mantêm uma predisposição para prolongar a Vida Ativa.

Hoje entrar na terceira idade significa viver, em média, mais 18 anos. O aumento da esperança de vida e a diminuição drástica da natalidade são uma realidade que temos consciência.

A Saúde é de facto um fator chave no processo do envelhecimento.

Daí que será alargado o sistema de alerta integrado para os Idosos que vivem sós;

Será reforçado o apoio domiciliário aos Idosos bem como valorizados e qualificados os cuidadores informais (população está muito esquecida).

Iremos conceber o Programa Regional para o Envelhecimento Ativo, constituído por várias ações que vão desde a formação ao longo da vida, a educação não

formal, ações de intergeracionalidade e a promoção de estilos de vida saudável.

.....

Neste Programa vamos continuar a combater a **violência doméstica**.

Trata-se de um problema grave na nossa comunidade. Aliás, conforme refere a Organização Mundial de Saúde, “é um grave problema em matéria de direitos humanos e de Saúde Pública”.

Recordo que em 2014, foram acompanhados pelos serviços 138 novos casos de violência doméstica

E, este ano, os serviços já acolheram 52 novos casos.

Recordo ainda que no ano transato, foram efetuadas 1011 participações junto da PSP.

A nossa resposta passa por avaliar o anterior Plano Regional e conceber um novo Plano Regional Contra à Violência Domestica, 2015-2019, adaptado às novas especificidades e singularidades das relações familiares em contexto de crise social.

Vamos **promover estudos que permitam aumentar** o conhecimento sobre a violência doméstica nesta Região e melhorar as práticas de intervenção;

Vamos estabelecer **protocolos com instituições de ensino superior para** integrar a temática da violência doméstica nos programas curriculares.

Por outro lado, é importante o desenvolvimento de ações de redução da vitimização vicariante e da cultura da não-violência.

.....

Relativamente à proteção de **crianças e jovens** é a nossa primeira intenção reforçar o programa de intervenção precoce e de competências parentais de apoio às famílias com crianças e jovens.

Vamos também reforçar as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, para uma melhor prevenção primária e secundária.

.....

A orientação humanista deste governo leva-nos a dar um especial relevo às questões relacionadas com a **família**, sendo fundamental desenvolver um Plano Regional para a Família que irá elencar num conjunto de medidas de promoção e valorização das famílias bem como de promoção da natalidade.

Igualmente, será promovida a **reabilitação psicossocial e terapêutica dos jovens** e adultos com deficiência procurando respostas inclusivas.

.....

As organizações de **economia social são decisivas** para a concretização no terreno das medidas da política social, contamos com **a experiência e proximidade de todas as IPSS's**.

A maior eficácia dos modelos de intervenção passa, preferencialmente e sempre que se considerar oportuno, por estabelecer uma nova abordagem operacional, em vez da tradicional forma de intervenção assente na estrutura

administrativa da Região baseada em planos de atividades financiadas exclusivamente por financiamento público, pretende-se adotar um modelo que corresponda a uma regulação partilhada entre a Região e as entidades da Economia Social.

As Casas do Povo foram, ao longo dos tempos, locais privilegiadas para o desenvolvimento de políticas de proximidade com as populações, sobretudo, no que se refere às manifestações socioculturais da população e à valorização e difusão das tradições etnográficas.

É nossa intenção continuar apoiar este meio privilegiado de intervenção local por forma a garantir a consolidação da cultura e, sobretudo, promover as competências pessoais e sociais da população.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A Segurança Social para além de toda a sua intervenção no âmbito da ação social é também um sistema contributivo e prestacional pelo que vamos melhorar os mecanismos de prevenção de fraude e evasão contributiva.

.....

Na área do **Emprego**, a prioridade irá centrar-se no desenvolvimento de **políticas de emprego** que permitam travar eventuais aumentos do número de desempregados.

A Madeira, como região insular e ultraperiférica, é especialmente vulnerável a todas as situações que tenham influência na conjuntura económica, com naturais reflexos no mercado de emprego, situação esta comum às demais regiões ultraperiféricas.

Chegou o momento de promover a alteração social e económica que permita atingir o **desafio mais importante que é a criação de emprego**.

No combate ao desemprego é determinante a criação de condições para que a dinamização da economia propicie a criação de novos postos de trabalho.

A ação prioritária irá incidir sobre a população com maior dificuldade de inserção, nomeadamente os jovens, os mais velhos, os menos qualificados e os que estão há mais tempo em situação de desemprego.

O uso criterioso dos fundos europeus destinados a esta área (46 milhões até 2020), será uma arma decisiva na implementação de políticas de emprego e permitirá a inclusão de fatores de inovação e de aproximação entre os vários agentes económicos e sociais, públicos e privados.

Uma maior articulação com a área da formação profissional será um elemento valorizador das medidas ativas de emprego, tendo em conta que a qualificação ou requalificação dos desempregados pode ser decisiva na sua mais rápida integração no mercado de trabalho.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

As orientações estratégicas em matéria de emprego, passam em grande medida:

- Pelo reforço da atuação no que respeita ao desemprego jovem;
- Pelo incentivo ao empreendedorismo,
- Pela promoção de programas que permitam a reconversão e requalificação de competências;
- Por uma melhor divulgação das medidas ativas de emprego;
- Pelo incremento da orientação profissional;
- E por assegurar uma maior eficácia no ajustamento entre a procura de emprego e as ofertas disponibilizadas pelos empregadores.

Porque a intervenção junto dos públicos mais desfavorecidos, nomeadamente os menos jovens, os menos qualificados e os que estão em situação de desemprego mais prolongado, assume uma prioridade inquestionável, vamos continuar a desenvolver os Programas de Ocupação Temporária de Desempregados.

É fundamental garantir a eficácia e a eficiência destes Programas, e nomeadamente da iniciativa europeia Garantia Jovem e Experiência Jovem.

O Programa Vida e Trabalho, direccionado aos toxicodependentes, será igualmente desenvolvido.

E para que todas estas medidas produzam os resultados esperados e contribuam para um eficaz **combate ao desemprego**, procederemos à **modernização dos serviços de emprego**, nomeadamente ao nível das estratégias de intervenção, de modo a obter uma maior aproximação aos utentes, quer **através da descentralização dos locais de atendimento**, quer recorrendo a uma utilização mais intensiva das tecnologias de informação e comunicação.

O índice de satisfação dos utentes será permanentemente monitorizado, de modo a que se possam operar constantes melhorias, nomeadamente na transformação gradual dos técnicos de emprego em **gestores de carreira**, com acompanhamento personalizado aos nossos utentes.

.....

As **Relações Laborais**, é outra área que merece a devida atenção por parte deste governo, numa lógica de diálogo e concertação, de modo a garantir a paz social que tem sido apanágio da Região.

- Dialogo Social com os diferentes parceiros sociais;
- Reforço da concertação social;
- Mediação das relações laborais;
- Fomento do tripartismo;
- Reforço da política de igualdade de direitos e oportunidades no trabalho e no emprego;
- Divulgação de programas e ações no domínio da Segurança e Saúde.

São estas as ações que irão nortear a intervenção do Governo na área do trabalho.

Destaque-se ainda a intenção do Governo em criar o Conselho Económico e de Concertação Social, a exemplo do que acontece a nível nacional, possibilitando o diálogo e a participação de todos os intervenientes nas relações económicas e sociais.

.....

HABITAÇÃO

Uma outra área de intervenção é a da Habitação Social, igualmente uma área sustentada no apoio á população desta região.

A crise económica e financeira impõe um novo paradigma, mais do que atribuir um fogo é importante apoiar as **famílias a não perderem a habitação adquirida.**

A falta de rendimentos das famílias para fazer face aos créditos bancários e rendas, entrando em situação de incumprimento, requerem **programas proactivos.**

Daí que a intervenção pública deve adequar-se às necessidades, procurando encontrar mecanismos de apoio à população.

Serão privilegiadas soluções que promovam a recuperação das habitações próprias, evitando a deslocalização do agregado familiar do seu meio.

Apostaremos na reabilitação do parque habitacional com projetos de requalificação dos bairros sociais e dos espaços circundantes.

Continuaremos a proceder ao apoio financeiro e técnico às famílias, através do **Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID).**

Paralelamente iremos trabalhar a área da intervenção social de uma forma direta junto das famílias residentes nos nossos complexos habitacionais.

A estratégia de intervenção da Investimentos Habitacionais da Madeira passa pelo desenvolvimento das políticas de proximidade, daí que Será **dinamizado um Centro Comunitário em cada Complexo Habitacional**.

.....

A segurança das pessoas e dos bens constitui uma das funções fundamentais dos Governos e por sua vez a **prevenção**, o **alerta** e o **socorro** são funções essenciais do Serviço de Protecção Civil.

A **Protecção Civil** tem, e cada vez mais, uma missão preventiva e de responsabilidade partilhada com os vários agentes com funções de protecção das populações.

O Plano Regional de Emergência de Protecção Civil será permanentemente atualizado bem como outros programas sectoriais no âmbito da prevenção e do socorro.

Importa igualmente promover uma cultura de prevenção, desenvolvendo programas de sensibilização e de educação para o risco, de modo a incrementar, junto da população a resiliência aquando de acidentes e catástrofes naturais.

A concretização desta missão passa, em grande medida, pela formação e treino dos agentes de protecção civil e de outras entidades com especial dever de colaboração nas suas áreas específicas, bem como pelo apetrechamento em termos de meios e equipamentos.

.....

Finalmente, e numa ótica de **Defesa do Consumidor**, o Governo elege a informação e a mediação como meios privilegiados de atuação.

O cidadão deve estar informado dos seus direitos e deveres, em matéria de consumo de bens e serviços e essa tarefa cabe aos serviços públicos que devem promover a divulgação permanente dos direitos que cabem a cada qual na sua relação com os fornecedores.

Tarefas como o aconselhamento sobre as questões do endividamento, fazem também parte das funções que são devidas a um serviço que deve manter uma atualização constante, num mundo cada vez mais consumista e, como tal, com maior necessidade de defender o cidadão de algumas armadilhas que a atividade de comércio e serviços por vezes desencadeia.

Uma Palavra final...

Este governo tem afirmado a intenção de estabelecer com esta Assembleia uma relação de respeito, de diálogo, de proximidade e de abertura, e certa como estou, que isso irá acontecer coloco-me à vossa disposição para os esclarecimentos que julgarem necessários.

20-05-2015

SRIAS

Rubina Leal

